AS EMPRESAS CLARO S/A., inscrita no CNPJ sob nº. 40.432.544/0001-47, **AMERICEL S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 01.685.903/0001-16; **EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICACOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 09.132.659/0001-76, **TELMEX DO BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 02.667.694/0001-40 e **CLARO NXT TELECOMUNICACOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 66.970.229/0001-67, neste ato representadas pelos representantes legais, abaixo assinados, doravante denominadas simplesmente EMPRESA, e **FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES E PESQUISADORES EM SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES**, – FITRATELP, inscrita sob o CNPJ Nº 13.315.891/0001-17, nesse ato representado por seu presidente abaixo assinado, na qualidade de representante dos empregados nas empresas de telecomunicações e empresas operadoras de mesas telefônicas, doravante nomeado simplesmente FITRATELP, firmam entre si o presente instrumento, mediante os considerados e as cláusulas abaixo que, reciprocamente, estabelecem e outorgam a saber:

Considerando:

- a continuidade da pandemia de COVID-19 decretada pela Organização Mundial da Saúde – OMS em março de 2020;
- que o novo coronavírus, causador da doença infecciosa COVID-19, continua se espalhando no país, e que, em virtude disso governos estaduais e municipais continuam aplicando medidas de isolamento social na tentativa de conter a disseminação do vírus, tais como: restrição de circulação da população em lugares públicos (*lockdown*), toques de recolher, fechamento das escolas, comércios e fronteiras, redução do transporte coletivo etc.;
- que a cada dia o número de pessoas infectadas no Brasil aumenta significativamente, assim como o número de óbitos ocasionados pela doença;
- a recomendação da Organização Mundial da Saúde - OMS, referendada pelo Ministério da Saúde do Brasil, para que a prerrogativa de evitar o contato social seja mantida para evitar a propagação rápida do vírus na sociedade;
- que é necessário ações coordenadas dos órgãos público, empresas privadas e sociedade para evitar ao máximo o número de pessoas contaminadas;
- que a EMPRESA continua adotando diversas medidas para reduzir ao máximo a circulação e contato coletivo de pessoas, bem como promovendo rotineiramente orientações de saúde e segurança como forma de prevenção da disseminação do vírus;
- que em algumas atividades não será possível adotar trabalho remoto (teletrabalho) pela natureza da atividade;
- que a EMPRESA também detém um papel importante na geração de empregos assim como no pagamento de tributos ao Estado, sendo desta forma notória sua importância para a economia nacional assim como seu papel social, de forma que deve se considerar quaisquer medidas que visem a manutenção de sua atividade, sua saúde financeira e, via de consequência, a proteção dos empregos por ela gerados e por conseguinte a manutenção da subsistência dos seus trabalhadores;
- que os Sindicatos dos Trabalhadores são os defensores da categoria e os maiores interessados no bem de seus representados, na forma do art. 8º, III, da Constituição Federal, e como tal, concorda que deve tomar medidas que colaborem com a manutenção dos postos de trabalho;
- que a Medida Provisória 1045 de 27 de abril de 2021 do Governo Federal dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da COVID-19 no âmbito das relações de trabalho;
- que os Artigos 611-B e 612 da CLT não vetam as condições deste instrumento.

Com o objetivo de manter as diretrizes de isolamento social sugeridas pela OMS e pelos órgãos governamentais, de encontrar formas que ajudem a superar a crise ocasionada pela pandemia do COVID-19 mantendo a saúde financeira das empresas e por consequência seus postos de trabalho e de manter a prestação de serviços essenciais à sociedade, as partes pactuam o presente ACORDO COLETIVO EMERGENCIAL com os seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ABRANGÊNCIA

Em virtude da situação emergencial, o presente instrumento aplica-se aos empregados representados pelos sindicatos filiados à essa federação e suas respectivas bases, sendo assinada pelo representante legal produzindo efeitos imediatos após assinatura, declarando o signatário, para todos os fins e efeitos deste acordo, possuir todos os poderes de representação necessários para agir em nome da FITRATELP e dos respectivos Sindicatos que lhe são filiados.

PARÁGRAFO ÚNICO: O disposto neste instrumento aplica-se apenas aos empregados com seus contratos de trabalho já celebrados até a data de publicação da Medida Provisória nº 1.045/21 (Publicada em 28/04/2021).

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

As partes fixam a vigência do presente instrumento de 28 de abril de 2021 até 26 de agosto de 2021, em consonância com o prazo de duração do Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda instituído pela Medida Provisória nº 1.045 de 27 de abril de 2021 (120 dias contados da data da publicação da MP).

PARÁGRAFO ÚNICO: Em havendo a prorrogação do prazo de duração do Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda instituído pela Medida Provisória nº 1.045 de 27 de abril de 2021, por ato do Poder Executivo, a vigência do presente instrumento será automaticamente prorrogada pelo mesmo prazo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA JORNADA DE TRABALHO E DO SALÁRIO

A EMPRESA poderá promover a redução proporcional da jornada de trabalho e do salário de seus empregados, por até 120 (cento e vinte) dias, observados os seguintes requisitos:

- I – preservação do valor do salário-hora de trabalho e;
- II – redução da jornada de trabalho e do salário, nos seguintes percentuais:

- a) 25% (vinte e cinco por cento); e
- b) 50% (cinquenta por cento),

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A redução da jornada de trabalho e do salário prevista nesta cláusula poderá abranger quaisquer empregados, a critério da EMPRESA, podendo ser feita individual ou coletivamente, em quaisquer áreas da EMPRESA, parcial ou totalmente, em quaisquer cargos e níveis salariais, inclusive para aprendizes e para contratados sob jornada parcial, bem como para os empregados não abrangidos pelo regime de duração do trabalho (CLT, art. 62).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para empregados enquadrados no art. 62 da CLT serão considerados os dias trabalhados como meio de medida de tempo para cômputo da redução salarial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A realização de horas extras, em casos excepcionais, não desconfigurarão a redução de jornada de trabalho estabelecidas nesta cláusula, devendo estas serem quitadas com o devido adicional legal, convencional, no mês subsequente a sua realização, ou tratadas em banco de horas nas regras estabelecidas nos Acordos Coletivos vigentes firmados entre a EMPRESA e os sindicatos filiados à FITRATELP.

PARÁGRAFO QUARTO: A jornada de trabalho e o salário pago anteriormente serão restabelecidos no prazo de dois dias corridos, contado da:

I – data estabelecida como termo de encerramento do período de redução estabelecido;

II – data de comunicação da EMPRESA que informe ao empregado sobre a sua decisão de antecipar o fim do período de redução estabelecido.

PARÁGRAFO QUINTO: A redução de jornada de trabalho e do salário aqui prevista deverá ser comunicada aos empregados abrangidos, por meio físico ou eletrônico, de qualquer espécie, com antecedência mínima de 2 (dois) dias corridos. O Sindicato dos trabalhadores, no entanto, acompanhará a aplicação da medida na EMPRESA, incumbindo à EMPRESA prestar todas as informações a ela relativas sempre que solicitado pelo ente sindical laboral.

PARÁGRAFO SEXTO: Em havendo a prorrogação do prazo de duração do Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e do prazo máximo de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário previstos na Medida Provisória nº 1.045 de 27 de abril de 2021, por ato do Poder Executivo, o prazo máximo previsto no *caput* desta cláusula será automaticamente prorrogado pelo mesmo prazo.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo final do período de redução proporcional de jornada e de salário estabelecido não poderá ultrapassar o último dia do período de duração do Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda instituído pela Medida Provisória nº 1.045 de 27 de abril de 2021, já considerando eventuais prorrogações dos prazos de duração por ato do Poder Executivo.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONTRATO DE TRABALHO

A EMPRESA poderá promover a suspensão temporária do contrato de trabalho dos empregados abrangidos pelo presente instrumento, pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Durante o período de suspensão temporária do contrato de trabalho, o empregado:

I - fará jus a todos os benefícios que já lhe são concedidos pela EMPRESA, com exceção de vale-transporte, ajudas de custo ou quaisquer outras verbas disponibilizadas para execução do trabalho;

II - ficará autorizado a recolher para o Regime Geral de Previdência Social, por sua conta própria, na qualidade de segurado facultativo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão temporária do contrato de trabalho prevista nesta cláusula poderá abranger quaisquer empregados podendo ser feita individual ou coletivamente, em quaisquer áreas da EMPRESA, parcial ou totalmente, em quaisquer cargos e níveis salariais, inclusive para aprendizes e para contratados sob jornada parcial, bem como para os empregados não abrangidos pelo regime de duração do trabalho (CLT, art. 62).

PARÁGRAFO TERCEIRO. A suspensão do contrato de trabalho poderá ser efetuada de forma fracionada, em períodos sucessivos ou intercalados, desde que esses períodos sejam iguais ou superiores a 10 (dez) dias e que não seja excedido o prazo de 120 (cento de vinte dias) de que trata o *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO: O contrato de trabalho será restabelecido no prazo de dois dias corridos, contado da:

I - data estabelecida como termo de encerramento do período de suspensão;

II - data de comunicação da EMPRESA que informe ao empregado sobre a sua decisão de antecipar o fim do período de suspensão estabelecido.

PARÁGRAFO QUINTO: Se durante o período de suspensão temporária do contrato de trabalho o empregado mantiver as atividades de trabalho, ainda que parcialmente, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho à distância, ficará descaracterizada a suspensão temporária do contrato de trabalho, e a EMPRESA estará sujeita:

I - ao pagamento imediato da remuneração e dos encargos sociais referentes a todo o período; e

II - às penalidades previstas na legislação em vigor.

PARÁGRAFO SEXTO: A suspensão temporária do contrato de trabalho aqui prevista deverá ser comunicada aos empregados abrangidos, por meio físico ou eletrônico, de qualquer espécie, com antecedência mínima de 2 (dois) dias corridos. O Sindicato dos trabalhadores, no entanto, acompanhará a aplicação da medida na EMPRESA, incumbindo à EMPRESA a prestar todas as informações a ela relativas sempre que solicitado pelo ente sindical.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Em havendo a prorrogação do prazo de duração do Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e do prazo máximo de suspensão temporária do contrato de trabalho previstos na Medida Provisória nº 1.045 de 27 de abril de 2021, por ato do Poder Executivo, o prazo máximo previsto no *caput* e no parágrafo terceiro desta cláusula será automaticamente prorrogado pelo mesmo prazo.

PARÁGRAFO OITAVO: O termo final do período de suspensão temporária de contrato de trabalho estabelecido não poderá ultrapassar o último dia do período de duração do Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda instituído pela Medida Provisória nº 1.045 de 27 de abril de 2021, já considerando eventuais prorrogações dos prazos de duração por ato do Poder Executivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA AJUDA COMPENSATÓRIA

A EMPRESA efetuará o pagamento de ajuda compensatória mensal para os empregados que tiverem o salário reduzido ou o contrato de trabalho suspenso, enquanto durar a respectiva medida, conforme estipulado nos parágrafos abaixo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em conformidade com a medida provisória 1045/21, a suspensão temporária do contrato de trabalho de seus empregados somente poderá ser praticada mediante o pagamento, pela EMPRESA, de ajuda compensatória mensal no valor de 30% (trinta por cento) da remuneração base do empregado (salário básico fixo mensal, livre de quaisquer adicionais, gratificações ou parcelas condicionais, acrescido da remuneração variável, quando elegível, calculada pela média dos últimos 12 meses), durante todo o período da suspensão do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de redução proporcional da jornada de trabalho e do salário, excepcionalmente, a EMPRESA se compromete a conceder ajuda compensatória mensal, que compreenderá a diferença entre os valores dos salários líquidos teóricos (salário nominal acrescido da remuneração variável, quando elegível, calculada pela média dos últimos 12 meses, descontado os impostos) antes e depois da redução proporcional de jornada de trabalho e salário, com a dedução do valor do Benefício Emergencial de Preservação de Emprego e da Renda a que o empregado terá direito, mantendo-se assim o valor do salário líquido teórico percebido antes da redução.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de suspensão do contrato de trabalho, excepcionalmente, a EMPRESA se compromete a complementar o valor da ajuda compensatória mensal obrigatória prevista no parágrafo primeiro desta cláusula, para manutenção do valor do salário líquido teórico (salário nominal acrescido da remuneração variável, quando elegível, calculada pela média dos últimos 12 meses, descontado os impostos) antes dos efeitos da suspensão do contrato de Trabalho, que será compreendido pelo valor do salário líquido teórico deduzido o valor do Benefício Emergencial de Preservação de Emprego e da Renda e ajuda compensatória obrigatória de 30%.

PARÁGRAFO QUARTO: Sem prejuízo dos demais benefícios fiscais eventualmente previstos em lei, a ajuda compensatória mensal concedida pela EMPRESA em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima desta cláusula:

- I- terá natureza indenizatória, não integrando a remuneração do empregado para nenhum fim;
- II – não integrará a base de cálculo do imposto sobre a renda retido na fonte ou da declaração de ajuste anual do imposto sobre a renda da pessoa física do empregado;
- III – não integrará a base de cálculo da contribuição previdenciária e dos demais tributos incidentes sobre a folha de salários.

CLÁUSULA SEXTA – DOS VALORES DA COMPLEMENTAÇÃO DA AJUDA COMPENSATÓRIA OBRIGATÓRIA E DA AJUDA COMPENSATÓRIA FACULTATIVA

Para fins de cálculo do valor do pagamento da ajuda compensatória facultativa, prevista no parágrafo segundo da cláusula quinta do presente instrumento, bem como da complementação da ajuda compensatória obrigatória, prevista no parágrafo terceiro da mesma cláusula, a EMPRESA

deduzirá o valor do Benefício Emergencial de Preservação de Emprego e da Renda a que o empregado teria direito, independentemente do pagamento ou não do benefício pelo Governo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA HABILITAÇÃO PARA RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO EMERGENCIAL

Caso a EMPRESA aplique as medidas de redução da jornada de trabalho e do salário e de suspensão do contrato de trabalho, previstas nesta norma, deverá cumprir as obrigações acessórias necessárias relativas à prestação de informações ao Ministério da Economia, a fim de habilitar os empregados abrangidos ao recebimento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, nos termos da Medida Provisória n 1045, de 27.04.2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Governo Federal é único e exclusivo responsável pelo pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda. A EMPRESA informará ao Ministério da Economia, por meio da plataforma “empregador web” do Governo Federal, a suspensão temporária do contrato de trabalho ou redução da jornada de trabalho e do salário, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da efetiva comunicação, ao empregado, da suspensão do contrato de trabalho ou redução da jornada de trabalho e do salário.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA PROVISÓRIA NO EMPREGO

O empregado que receber o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, de que trata a Medida Provisória n 1045, de 27.04.2021, em decorrência da redução da jornada de trabalho e do salário ou da suspensão temporária do contrato de trabalho, terá direito à garantia provisória no emprego, nos seguintes termos:

I - durante o período da redução da jornada de trabalho e do salário ou de suspensão temporária do contrato de trabalho;

II - após o restabelecimento da jornada de trabalho e do salário ou do encerramento da suspensão temporária do contrato de trabalho, por período equivalente à duração da redução ou da suspensão; e

III - no caso da empregada gestante, por período equivalente ao acordado para a redução da jornada de trabalho e do salário ou para a suspensão temporária do contrato de trabalho, contado da data do término do período da garantia estabelecida na alínea "b" do inciso II do caput do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A dispensa sem justa causa que ocorrer durante o período de garantia provisória no emprego previsto no caput sujeitará a EMPRESA ao pagamento, além das parcelas rescisórias previstas na legislação em vigor, de indenização no valor de:

I – 50% (cinquenta por cento) do salário a que o empregado teria direito no período de garantia provisória no emprego, na hipótese de redução de jornada de trabalho e de salário igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) e inferior a 50% (cinquenta por cento);

II – 75% (setenta e cinco por cento) do salário a que o empregado teria direito no período de garantia provisória no emprego, na hipótese de redução de jornada de trabalho e de salário igual a 50% (cinquenta por cento).

III – 100% (cem por cento) do salário a que o empregado teria direito no período de garantia provisória no emprego, na hipótese de suspensão temporária do contrato de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A garantia provisória no emprego prevista nesta cláusula não se aplica às hipóteses de dispensa a pedido ou por justa causa do empregado, nem à hipótese de rescisão do contrato de trabalho por mútuo acordo, prevista no art. 484-A, da CLT.

CLÁUSULA NONA – EMPREGADOS PERTENCENTES A GRUPOS DE MAIOR VULNERABILIDADE

A EMPRESA adotará medidas de prevenção e proteção aos(às) empregados (as) pertencentes a grupos de maior vulnerabilidade (tais como pessoas com mais de 60 anos de idade, hipertensos, pessoas com diabetes, acometidas por doenças crônicas, que estejam imunossuprimidos, grávidas, menores aprendizes, pais ou mães que tenham filhos especiais, pessoas com deficiência mental, autistas, pessoas com deficiência motora, pessoas que tenham idosos sob sua dependência econômica ou convivência na mesma moradia, mulheres responsáveis pela família com idosos sobre sua dependência) podendo limitar o cumprimento de jornada por meio do teletrabalho, disponibilizando também um canal dedicado especialmente para o acompanhamento e esclarecimento de dúvidas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Considerando na ponderação dos interesses à prevalência da proteção a vida, à saúde, à proteção ao coletivo, em sobreposição ao valor social do trabalho, poderá a EMPRESA, inclusive, afastar o(a) empregado(a) do cumprimento de suas atividades laborais, nos termos previstos neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente norma coletiva não afasta e nem exclui a execução de quaisquer outras medidas trabalhistas disponíveis para o enfrentamento da crise decorrente do estado de emergência, que estão ou que vierem a estar previstas em medidas provisórias, leis, decretos ou em quaisquer outros atos normativos legais, infralegais ou regulamentares, atuais ou futuros que venham a ser editados na vigência do presente acordo, ratificando-se todos e quaisquer acordos coletivos firmado pela EMPRESA junto ao Sindicato e/ou Federação correspondente.

São Paulo, 29 de abril de 2021.

Rodrigo André Fernandes
Diretor de Recursos Humanos
CLARO S/A

FITRATELP
João de Moura Neto
Presidente

Antônio Branquinho
Diretor de Relações Trabalhistas e
Sindicais
CLARO S/A